SAIAE

SERVICO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ITAGUARA

(Autarquia Municipal)

CNPJ: 20.898.672/0001-73 - Inscrição Estadual: Isento

EDITAL DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 034/2023

PREGÃO PRESENCIAL TIPO: MENOR PRECO POR ITEM

EXCLUSIVO PARA ME, EPP e MEI

O SAAE DE ITAGUARA - MG, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Rua Geraldo O Lima, n. 110, Alto Santa Cruz, CEP: 35488-000, inscrita no CNPJ sob o Nº 20.898.672/0001-73, representado legalmente pela sua Diretora, torna público, por intermédio do Pregoeiro nomeado pela Portaria No 11/2023, que realizará licitação na modalidade Pregão - Tipo: Menor Preço por item - REGIDO PELAS LEIS 8.666/93 e 10.520/2002, e Decreto Municipal n.º 845/07, conforme artigo 193 da lei 14.133/2021; e ainda pelas disposições do presente edital. Integram este instrumento convocatório:

- 1) Termo de Referência com Especificações e Quantitativos Anexo I;
- 2) Modelo de Proposta Anexo II
- 3) Modelo de Declaração de Inexistência de Impedimento à Habilitação Anexo III;
- 4) Modelo de Carta de Credenciamento Anexo IV;
- 5) Declaração de Cumprimento do disposto no art.º. 7º, XXXIII da Constituição Federal/88 Anexo V;
- 6) Declaração Enquadramento Me Epp- Anexo VI;
- 7) Recibo do Edital Anexo VII;
- 8) Minuta Do Contrato Anexo VIII;

1- DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios — pães, leite e margarina, para o lanche dos servidores do SAAE de Itaguara-MG, observados os quantitativos e especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I e Modelo de Proposta — Anexo II.

(Autarquia Municipal)

CNPJ: 20.898.672/0001-73 - Inscrição Estadual: Isento

2 – DOS PRAZOS:

2.1 - Os prazos estabelecidos no presente Pregão, bem como nas respectivas propostas sempre

iniciam e terminam em dias de expediente na ADMINISTRAÇÃO e serão sempre

considerados dias corridos, prorrogando-se para o primeiro dia útil, quando recair em dia em

que não houver expediente. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o

dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

3- CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO:

3.1 - Poderão participar deste Pregão as pessoas jurídicas – ME, EPP e MEI - que:

3.1.1 - Atendam a todas as exigências deste edital, inclusive quanto à documentação constante deste

instrumento e seus anexos;

3.12 - Tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado.

3.2 - As empresas que desejarem participar deste Pregão deverão no dia, hora e local estabelecido

neste edital, proceder ao credenciamento, entregar ao Setor de Protocolo os envelopes separados e

lacrados, respectivamente, a "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO" de acordo com os itens 9 e 11.

3.3 - Não poderão participar as empresas que se encontrem sob falência, concordata, concurso de

credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionem no País, nem aqueles que

tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos

com suspensão do direito de licitar e contratar pelo SAAE de Itaguara, Servidor ou dirigente de órgão

ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme artigo 9°, inciso III da Lei Federal n°

8.666/93, Empresas que tenham um ou mais sócios em comum.

4- DA SUBORDINAÇÃO LEGAL:

4.1 - A presente licitação, na modalidade legalmente denominada Pregão/Sistema de Registro de

Preços - Tipo: menor preço por item, reger-se-á pelas disposições das Leis Nº 8.666/93, Nº

10.520/2002 e Lei 123/2006, pelas disposições do Decreto Municipal Nº 845/2007, conforme autoriza

a lei 14.133/2021, e ainda pelas condições fixadas neste instrumento convocatório e demais

disposições aplicáveis da legislação vigente.

5 - DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1.1 - A despesa decorrente da licitação correrá à conta das seguintes dotações orçamentárias:

17.122.0210.2158.3.3.90.30.00.

(Autarquia Municipal)

CNPJ: 20.898.672/0001-73 - Inscrição Estadual: Isento

6-DO CREDENCIAMENTO:

6.1 – Na data da sessão, 22/12/2023 às 09h00min, os representantes das empresas serão

credenciados perante o Pregoeiro, sendo que, encerrado esse procedimento, dar-se-á início à

fase de lances e demais eventos do pregão.

6.2 - Cada proponente deverá se apresentar junto ao Pregoeiro através de um representante que,

munido dos documentos que o credencie a participar deste procedimento licitatório (contrato

social e suas alterações; prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica -

CNPJ, contendo código e descrição das atividades econômicas principal e/ou secundárias

[isto é, comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal]; e

procuração ou carta de credenciamento autenticada em cartório); deve ainda, no ato de

entrega dos envelopes, identificar- se exibindo sua Carteira de Identidade ou outro

documento equivalente

6.2.1 - Nos casos de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, o

mesmo deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social com suas alterações, no

qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de

tal investidura.

6.2.2 – Apresentar Contrato Social com suas alterações autenticado em cartório (poderá ser

apresentada cópia simples, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo

pregoeiro). Para fins de autenticação pelo pregoeiro não serão consideradas como originais as

cópias autenticadas em cartório.

6.3 - Caso a empresa não se faça representar na Sessão, deverá ser colocado do lado de fora dos

envelopes a Declaração de Inexistência de Impedimento à Habilitação – Anexo III, Xerox

dos documentos de identificação do representante da empresa juntamente com o Contrato

Social e suas alterações (o contrato social e suas alterações e documentos de identificação

deverão estar autenticados em cartório ou antecipadamente no SAAE).

6.4 – O representante legal da empresa licitante que não se credenciar perante o Pregoeiro Oficial

ficará impedido de participar da fase de lances verbais, da negociação de preços, de interpor

recurso e de representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes "Proposta" e

"Habilitação" relativo a este pregão.

6.5- Ocorrendo a situação do item 6.4 ou ainda a ausência de representante na Sessão, a licitante

(Autarquia Municipal)

CNPJ: 20.898.672/0001-73 - Inscrição Estadual: Isento

ficará excluída da etapa de lances *verbais* e *mantido* o seu preço apresentado na proposta escrita, para efeito de disputa da fase de lances.

- 6.6 -As empresas deverão comprovar, no ato do CREDENCIAMENTO, sua condição de microempresa e/ou empresa de pequeno porte, apresentando:
- 6.6.1- certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, com data de expedição de no máximo 90 (noventa) dias, sob pena de não serem sequer credenciadas;
- 6.6.2 declaração atestando seu enquadramento como ME/EPP (modelo anexo VI).
- 6.7 Após o Credenciamento, declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro Oficial, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes contendo as propostas de preços e os documentos de habilitação.
- 6.8 Cada credenciado poderá representar apenas uma licitante.
- 6.9 Apresentar modelo de Declaração de Inexistência de Impedimento à Habilitação **Anexo** III.
- 6.10- Apresentar Carta de Credenciamento (Anexo IV), ou procuração autenticada em cartório.

7- DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES:

- 7.1 A "Proposta" e a "Documentação de Habilitação" deverão ser entregues no Setor de Protocolo do SAAE de Itaguara as 09:00 horas do dia 22/12/2023, localizada na Rua Geraldo Oliveira Lima, nº 110, CEP: 35.488-000, Bairro Alto Santa Cruz.
- **7.2** A "**Proposta**" e a "**Documentação de Habilitação**" deverão ser apresentadas em envelopes distintos, fechados, opacos e rubricados no local de fechamento.
- **7.3** O envelope contendo a "Proposta" será apresentado externamente com os seguintes dizeres:

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE

À EQUIPE DE APOIO - A/C PREGOEIRO

ENVELOPE 01 - PROPOSTA

PROCESSO LICITATÓRIO 034/2023 - PREGÃO PRESENCIAL

(Autarquia Municipal)

CNPJ: 20.898.672/0001-73 - Inscrição Estadual: Isento

7.4 - O envelope contendo a "Documentação de Habilitação" será apresentado externamente com os seguintes dizeres:

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE

À EQUIPE DE APOIO - A/C PREGOEIRO

ENVELOPE 02 - HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 034/2023 - PREGÃO PRESENCIAL

8- DA PROPOSTA:

- **8.3** A Proposta será devidamente assinada pelo proprietário ou representante legal da empresa e será considerada, tão somente, se atendidas às exigências do presente ato convocatório e entregue no local indicado até o dia e hora fixados.
- **8.4** Nas propostas apresentadas deverá constar que:
 - a) Os itens serão entregues pelo CONTRATADO na sede do SAAE, localizado na Rua Geraldo de Oliveira Lima, nº 110, Alto Santa Cruz, Itaguara-MG.
 - b) O contratado deverá realizar o fornecimento dos itens de manhã e à tarde, diariamente, conforme quantidade solicitada pela Autarquia;
 - c) O item "Leite Pasteurizado, UHT, Longa vida, INTEGRAL embalagem (caixa) de 1 litro", deverá ter validade mínima de 30 (trinta) dias após a data da entrega.
- **8.5** As Propostas de Preços deverão ser preparadas e entregues em envelopes lacrados, em 01 (uma) via sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com identificação da licitante, nº do CNPJ, endereço, email, telefone e assinatura na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal ou credenciado devidamente identificado e qualificado, sendo devidamente datada e ter validade de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.
- **8.6** A proposta deve ser apresentada com cotação de preços definida no objeto deste Edital e seus Anexos, em moeda corrente nacional (R\$), expressos em algarismos e por extenso.
- **8.7** A apresentação da Proposta será considerada como evidência de que o licitante examinou completamente o Edital e todos os seus anexos, que os comparou entre si, que obteve do SAAE de Itaguara informações satisfatórias sobre qualquer ponto duvidoso e que o seu texto lhe

(Autarquia Municipal)

CNPJ: 20.898.672/0001-73 - Inscrição Estadual: Isento

permitiu prepará-la de maneira completa.

8.8 - Em caso de divergência entre o preço unitário e o total, prevalecerá o primeiro, do mesmo

modo que prevalecerá o valor expresso por extenso sobre o valor numérico.

8.9 - Em caso de divergência entre os valores unitários e o global prevalecerão os primeiros, e se houver

divergência entre os valores por extenso e seus correspondentes em algarismos, prevalecerão os valores

por extenso.

8.10- Não serão admitidos cancelamentos de um ou mais itens da proposta, exceto nos seguintes

casos:

8.10.1 - erro de cálculo, quando evidente;

8.10.2 - cotação muito distante da média dos preços oferecidos, que leve a Comissão a concluir

que houve equívoco;

8.10.3 - prova de que foi mal interpretada a especificação e oferecido o bem diferente do que foi

solicitado.

8.11- Poderá o SAAE de Itaguara, a seu juízo, solicitar novos detalhes sobre as propostas, e

ainda, planilha de custo complementar, para análise do Setor interessado.

8.12- O Pregoeiro, após o exame das propostas, de imediato, poderá desclassificar aquelas que

contenham preços manifestamente inexequíveis ou financeiramente incompatíveis com os

objetivos da licitação, notadamente por serem superiores aos praticados no mercado;

8.13- Ficam vedadas:

8.13.1 - a subcontratação total ou parcial do objeto;

8.13.2 - a associação da contratada com outrem;

8.13.3 - a cessão ou transferência total ou parcial do objeto contratado.

8.14- Exige-se, sob pena de desclassificação da proposta, que os serviços sejam de primeira

qualidade.

9 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

9.1 - A presente licitação é do tipo menor preco por item, sendo que o julgamento das

propostas será realizado em conformidade com as quantidades, especificações,

detalhamentos e condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

9.2 - O preço ofertado deverá será unitário.

(Autarquia Municipal)

CNPJ: 20.898.672/0001-73 - Inscrição Estadual: Isento

9.3 - Serão consideradas até 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

9.4 - Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos incorretamente cotados ou

omitidos da Proposta de Preço serão considerados como inclusos nos preços, não sendo

considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título.

9.5 - Serão desclassificadas as Propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e

seus anexos, bem como as omissas ou as que apresentarem irregularidades ou falhas capazes de

dificultar o julgamento.

9.6 - Será proclamado pelo Pregoeiro o proponente que ofertar a Proposta de menor preco por

item, para o objeto definido neste Edital e seus anexos, bem como os proponentes cujas

propostas apresentem preços até 10% (dez por cento) superiores àquele ou, ainda, as 03 (três)

melhores ofertas, conforme o disposto no inciso IX do Art. 4º da Lei Federal n.º 10.520/02.

9.6.1 - Em caso de empate das melhores propostas, na hipótese do item anterior, todos os

proponentes com o mesmo preço serão convidados a participar dos lances verbais.

9.7 - Aos proponentes proclamados, conforme item 9.7 retro, será dada oportunidade de nova

disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes. Não haverá

limite de rodadas de lances.

9.8 - Encerrada a etapa competitiva do Pregão, as ofertas para o objeto definido neste Edital e

seus anexos serão ordenadas exclusivamente pelo critério de menor preço.

9.9 - O Pregoeiro examinará a aceitabilidade da oferta da primeira classificada, decidindo

motivadamente a respeito.

9.10 - Quando aceitável a oferta, será verificado o atendimento, pelo proponente que a tiver

formulado, das condições habilitatórias, com base na documentação de habilitação, conforme

item 11 deste edital.

9.11 - Constatado o pleno atendimento às exigências editalícias, o proponente será declarado

vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto definido neste Edital e seus anexos.

- Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às condições habilitatórias,

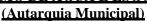
o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma

proposta aceitável, sendo adjudicado o objeto definido neste Edital e seus anexos.

9.13 Não será admitida desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às

sanções administrativas constantes deste Edital.

9.14 - Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências



CNPJ: 20.898.672/0001-73 - Inscrição Estadual: Isento

relevantes e que, ao final, será assinada obrigatoriamente pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio, assim como pelos representantes dos proponentes presentes.

- 9.15 Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento dos requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, a Proposta será desclassificada.
- 9.16 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos.

10 - DA HABILITAÇÃO:

- 10.1- Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, cópia autenticada em cartório competente, publicação em órgão da imprensa oficial ou cópias simples, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio.
- 10.2 O licitante deverá apresentar os seguintes documentos para habilitar-se na presente licitação:

DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual e, no caso do Microempreendedor Individual, Certificado de Condição de Microempreendedor Individual CCMEI;
- **b**) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Cópia Documentação pessoal dos sócios;
- **d**) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL

- e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CARTÃO CNPJ);
- f) Certidão de Regularidade de Situação junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços CRS-FGTS;
- g) Certidão Negativa de Débitos Relativos ao Tributos Federais e à Dívida Ativa da União

(Autarquia Municipal)

CNPJ: 20.898.672/0001-73 - Inscrição Estadual: Isento

(Expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda);

- h) Certidão negativa de débitos referentes a tributos estaduais expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda:
- i) Certidão negativa de débitos tributários relativa ao Município sede da proponente;
- **j**) Declaração de cumprimento do disposto no art. 7°, XXXIII, da Constituição Federal, sob as penas da lei, firmada pelo representante legal da empresa, conforme **Anexo IV**;
- k) Certidão negativa de débitos trabalhistas;

DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À AVALIAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

- Certidão negativa de falência ou Certidão de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo cartório competente, da sede da Comarca da pessoa jurídica, <u>contendo o CNPJ.</u>
- OBS: A Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial deverá ser específica. Se diferente for, deverá citar que abrange os feitos referentes à Falência e Recuperação Judicial/Extrajudicial.
- 10.3- Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

10.4- Os documentos exigidos para habilitação que tiverem sido apresentados no momento do Credenciamento estão dispensados de apresentação no envelope de Documentação.

- 10.5- Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o respectivo endereço, observandose que:
- Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- Se a licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- Se a licitante for matriz, e o executor do Contrato for filial, deverão ser apresentados tanto os documentos da matriz quanto os da filial;
- Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz

(Autarquia Municipal)

CNPJ: 20.898.672/0001-73 - Inscrição Estadual: Isento

10.6- As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

- 10.6.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 10.6.2 A não-regularização da documentação, no prazo previsto subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no ar<u>t. 81 da Lei nº</u> 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a aquisição do objeto ou revogar a licitação.
- 10.7– Para os efeitos do sub-item **7.3.1**, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966
- da Le<u>i N^o 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidam</u>ente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:
- 10.7.1 no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);
- 10.7.2 no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).
- 10.8- A comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte será feita:
- 10.8.1 mediante documentação que comprove a opção pelo Simples Nacional previsto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 10.8.2 no caso da empresa não optante pelo Simples Nacional, mediante balanço patrimonial exigível para o exercício e que comprove as hipóteses do subitem 10.5.
- 10.8.3 As certidões/declarações que não apresentarem data de validade, fica estabelecido o prazo máximo de 120 dias a data de sua emissão.
- 10.8.4 No caso da empresa licitante deste certame apresentar certidões vencidas e usar do benefício da Lei 123/2006 e Lei 147/2014 o SAAE irá poderá consulta-las no órgão emissor

(Autarquia Municipal)

CNPJ: 20.898.672/0001-73 - Inscrição Estadual: Isento

para validação.

10.8.5 Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer

dispositivo deste Edital e seus Anexos o(a) Pregoeiro(a) Oficial considerará a proponente inabilitada

11 - DAS PENALIDADES:

11.1- Nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, ficará impedida de licitar e contratar

com o SAAE de Itaguara, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas

neste instrumento convocatório e demais penalidades legais, a licitante que:

11.1.1 - não assinar o contrato/ata no prazo estabelecido na convocação;

11.1.2 - apresentar documentação falsa;

11.1.3 - deixar de entregar os documentos exigidos para o certame;

11.1.4 - retardar, falhar ou fraudar a execução da obrigação assumida;

11.1.5 - não mantiver a proposta;

11.1.6 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

11.2- Pelo atraso injustificado na entrega do objeto, multa de até 10% (dez por cento) sobre o

valor total da proposta, e juros de 1% (um por cento) ao mês, pela permanência do atraso ou

fração equivalente, incididos sobre o valor da multa;

11.2.1 - Pela inexecução parcial ou total do contrato:

a) advertência.

b) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor homologado;

c) suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a

Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, quando da inexecução contratual sobrevier

prejuízos para a Administração;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública,

enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a

reabilitação.

11.3- O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado

de pagamentos eventualmente devidos pelo SAAE de Itaguara à adjudicatária ou cobrado

judicialmente.

(Autarquia Municipal)

CNPJ: 20.898.672/0001-73 - Inscrição Estadual: Isento

11.4 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do subitem 12.5.2 poderão ser aplicadas,

cumulativamente ou não, à pena de multa.

13- DA IMPUGNAÇÃO E RECURSOS:

13.1- A impugnação ao ato convocatório poderá ser feita em até 02 (dois) dias úteis antes da data

fixada para o recebimento das propostas.

13.2- Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e **motivadamente** a

intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das

razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar

contrarrazões em igual número de dias, que começa a correr do término do prazo do recorrente,

sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, nos termos do art. 4º, inciso XVIII da Lei

10.520/2002.

13.3- O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de

aproveitamento.

13.4 - Os recursos quando da aplicação das penalidades previstas no Item 11 deste edital,

poderão ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da

lavratura da ata.

13.5- Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Sala da

Comissão de Licitações, na Rua Geraldo O Lima - n. 110, Bairro: Alto Santa Cruz, Itaguara -

Minas Gerais.

14 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

14.1 - Fornecer os produtos licitados em estrita conformidade com as especificações, condições e

prazos estabelecidos neste Edital e termo de referência, bem como em consonância com a

proposta de preço e fase de lances;

14.2 - Responsabilizar-se por todas as despesas e encargos de qualquer natureza com pessoal de

sua contratação, necessário à execução do objeto contratual, inclusive encargos relativos à

legislação trabalhista e despesas de entrega;

14.3 - Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e

prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente ou por seus empregados ou prepostos, à

Contratante ou a terceiros;

(Autarquia Municipal)

CNPJ: 20.898.672/0001-73 - Inscrição Estadual: Isento

14.4 - Manter, por todo o período da execução contratual, as condições que garantiram a sua habilitação, incluída a regularidade perante o INSS, FGTS e Fazenda Pública;

- 14.5 Assinar o instrumento contratual no prazo estabelecido na convocação.
- **14.6** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções em relação ás especificações do edital e termo de referência:
- **14.7** Manter conta corrente bancária em toda vigência do contrato para recebimento dos pagamentos;
- **14.8** Emitir as notas fiscais em conformidade com as regras de retenção de IR estabelecidas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e Decreto Municipal 1.873 de 01 de setembro de 2023, sob pena de não aceitação.

15 - DO SAAE DE ITAGUARA:

- **15.1** Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais.
- **15.2-** Rejeitar no todo ou em parte os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA.
- **15.3-** Definir obrigatoriamente, em todas as solicitações, o detalhamento e especificações dos produtos.
- **15.4-** Acompanhar, inspecionar e fiscalizar a execução do contrato, notificando a Contratada para corrigir as irregularidades ou defeitos encontrados no fornecimento dos produtos.
- **15.4-** Efetuar o pagamento conforme definido no item "do pagamento".

16- DO PAGAMENTO:

- 16.1 Os pagamentos ocorrerão em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento e inspeção (recebimento definitivo) do objeto licitado pelo Almoxarifado, condicionado à apresentação da Nota Fiscal.
- 16.2 O pagamento será através de boleto ou de depósito/transferência em conta bancária indicado pelo fornecedor, observado o disposto no art. 5° e inciso II do §4° do art. 40 da Lei n° 8.666/93.
- 16.3 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada

(Autarquia Municipal)

CNPJ: 20.898.672/0001-73 - Inscrição Estadual: Isento

e seu vencimento ocorrerá 05 dias após a data de sua apresentação válida.

16.4 - A partir de 01 de setembro de 2023, estão obrigados a efetuar as retenções na fonte do

Imposto de Renda - IR incidente sobre os pagamentos destinados às pessoas físicas e jurídicas,

pelo fornecimento ou disponibilização de bens, ou pela prestação de serviços em geral, inclusive

obras, com base nas disposições constantes no Decreto Municipal nº 1873/2023, na Instrução

Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, ou em norma que vier a alterá-la ou substituí-

la, nos mesmos moldes aplicáveis aos órgãos da Administração Pública Federal, os seguintes

órgãos e entidades da Administração Pública Municipal:

I - os órgãos da Administração Pública Municipal Direta;

II - as autarquias;

III - as fundações municipais;

16.5 - Não estão sujeitos à retenção do Imposto de Renda - IR na fonte, os pagamentos

realizados a pessoas ou por serviços e mercadorias elencados no artigo 4º da Instrução Normativa

RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e artigo 3º do Decreto Municipal n. 1873 de 01 de

setembro de 2023.

16.5.1 A condição de imunidade e isenção das Instituições de educação e de assistência social,

sem fins lucrativos, a que se refere o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997 e das

Instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e às associações civis, a que se

refere o art. 15 da Lei nº 9.532, de 1997 será declarada pela entidade apresentando documento

constante nos anexos I e II do Decreto Municipal 1873/2023, ambos em conformidade com a

Instrução Normativa RFB N°1234 de 11 de janeiro de 2012.

16.5.2 A isenção em relação a ME ou EPP optante pelo Simples Nacional será observada na

indicação constante em seus documentos fiscais no campo destinado às informações

complementares ou em sua falta, no corpo do documento que deverá conter a expressão

"DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL" nos

termos do artigo 59, §49, alínea "a" da Resolução CGSN nº 140/2018.

16.6 O fornecedor deverá emitir as notas fiscais em conformidade com as regras de retenção

dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e Decreto Municipal

1.873 de 01 de setembro de 2023, sob pena de não aceitação.

(Autarquia Municipal)

CNPJ: 20.898.672/0001-73 - Inscrição Estadual: Isento

17 -DO CONTRATO:

17.1 O Contrato de fornecimento do objeto deste edital e do termo de referência, vigerá a partir

de 1° de janeiro de 2024 (ou de sua assinatura, caso seja posterior à citada data) até 31 de

dezembro de 2024, não existindo a possibilidade de prorrogação.

17.2 Homologada a licitação, o licitante vencedor será convocado para assinatura do contrato,

que poderá lhe ser enviada via email para tal finalidade. Neste caso (envio por email) o

contratado deverá devolvê-la ao SAAE, devidamente assinado, no prazo máximo de 05 dias

úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo

fornecedor e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela administração. O instrumento

assinado poderá ser devolvido somente por email, caso de assinatura eletrônica; do contrário, o

instrumento original, devidamente assinado deverá ser entregue a esta autarquia no prazo antes

citado.

17.3 É facultado à administração, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e

condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para

fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

17.4 O contrato implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após

cumpridos os requisitos de publicidade.

17.5 A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar, dentro do prazo estabelecido

neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas neste edital e lei 8666/93.

18 DOS REAJUSTES E CORREÇÕES:

18.1 Não será permitido o reajuste dos valores ofertados em seção de pregão.

18.2 Caso seja necessário, poderá haver recomposição de preços, buscando a manutenção do

equilíbrio financeiro do contrato, nos termos do artigo 65, II, alínea d da lei 8666/93;

18.2.1 Para fins de recomposição de preços, o CONTRATADO deverá apresentar à

CONTRATANTE requerimento formal, por escrito, acompanhado de planilha de cálculo do

valor pretendido e notas fiscais que comprovem a necessidade da manutenção do equilíbrio

econômico-financeiro original, demonstrando que houve perda na sua margem de lucro.

18.2.2 Somente após o SAAE formalizar a concessão da recomposição e consequentemente

emitir Notas de Empenho contábil relativo à despesa dos mesmos, é que estará autorizada a

(Autarquia Municipal)

CNPJ: 20.898.672/0001-73 - Inscrição Estadual: Isento

cobrança dos novos valores.

19- DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:

19.1 Os itens deverão ser entregues pelo CONTRATADO na sede do SAAE, localizado na Rua

Geraldo de Oliveira Lima, nº 110, Alto Santa Cruz, Itaguara-MG.

19.2 O CONTRATADO deverá realizar o fornecimento dos itens de manhã e à tarde, conforme

quantidade solicitada pela Autarquia.

19.2.1 As solicitações deverão ser realizadas no dia anterior, quando a entrega for ocorrer até as

6h00 do dia seguinte.

19.2.2 As solicitações deverão ser realizadas até 1(uma) hora antes do horário de entrega, quando

esta for ocorrer até as 15 horas do mesmo dia.

19.2.3 A CONTRATADA deverá atender a CONTRATANTE em dias úteis e não úteis nos

horários compreendidos entre 6h00 e 15h.

19.2.3 Estão autorizados a realizar a solicitação de entrega dos itens os servidores: Ângela de

Cássia Morais Leite, Riane Ap. Vilaça de Jesus, Andréia Souza de Oliveira, Carlos Henrique

Neto e o servidor que estiver de plantão aos sábados, domingos e feriados.

19.2.4 Será responsabilidade da CONTRATANTE informar ao CONTRATADO o nome do

servidor que estará autorizado a realizar a solicitação nestes dias.

19.3 Todas as vezes que forem entregues itens solicitados pelo CONTRATANTE, o

CONTRATADO deverá emitir cupom para controle contendo data, descrição do item,

quantidade, valor unitário, conforme contrato, e valor total.

19.3.1 Os cupons controles deverão conter a assinatura do servidor do SAAE responsável por

receber a entrega.

19.3.2 A cada entrega deverá ser entregue pelo fornecedor ao servidor que receber os produtos no

SAAE um comprovante, contendo data, descrição do item, quantidade, valor unitário, conforme

contrato, e valor total.

19.4 Os cupons controles emitidos durante o mês, juntamente com a somatória de valores e

quantidades consumidas pelo SAAE, deverão ser encaminhados a Autarquia até o 1º (primeiro)

dia útil do mês subsequente.

19.4.1 Entregues ao SAAE, os cupons serão registrados e fiscalizados pela responsável pelo setor

de Almoxarifado da Autarquia, e posteriormente encaminhados ao setor de contabilidade para

(Autarquia Municipal)

CNPJ: 20.898.672/0001-73 - Inscrição Estadual: Isento

que seja emitida Nota de Subempenho.

19.4.2 A Nota de Subempenho será encaminhada ao fornecedor em até 2 (dois) dias úteis para

que seja emitida Nota Fiscal.

20 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

20.1 - É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a

promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada

a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

20.2 - Fica assegurado à contratante o direito de, no interesse da Administração, anular ou

revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando a devida ciência aos

participantes, na forma da legislação vigente.

20.3 - Os proponentes assumem todos os custos de preparação e de apresentação de suas

propostas sendo que a Administração Municipal não será, em nenhum caso, responsável por esses

custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.4 - Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das Informações e dos

documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

20.5 - Após a apresentação da Proposta, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo

decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

20.6 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a

realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro

dia útil subsequente, no horário e local aqui estabelecido, desde que não haja comunicação

expressa do Pregoeiro em contrário.

20.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-

á o do vencimento. Ademais, os prazos somente se iniciam ou vencem em dias de expediente.

20.8 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação

da disputa entre os Interessados, desde que não haja comprometimento da segurança do mesmo.

20.9 - Quaisquer dúvidas relativas a esta licitação serão dirimidas pelo Pregoeiro ou pela Equipe

de Apoio.

20.10 – Caso a empresa não envie representante para a sessão, e não seja vencedora na fase de

lances, de forma que seu envelope contendo os documentos para habilitação não seja aberto, o

mesmo ficará disponível para retirada na sede desta autarquia por 30 (trinta) dias após a sessão;

(Autarquia Municipal)

CNPJ: 20.898.672/0001-73 - Inscrição Estadual: Isento

após esse prazo, será unitilizado/descartado.

- **20.11** Aos casos omissos aplicam-se as demais disposições das Leis Federal nº 8.666/93 10.520/02 Decreto Municipal 845/2007 e Legislações específicas vigentes.
- **20.12** O foro da Comarca de Itaguara será o único competente para dirimir e julgar todas e quaisquer dúvidas relativas à presente licitação, com exclusão de qualquer outro.
- 20.13 Outros esclarecimentos serão prestados no SAAE de Itaguara, Rua Geraldo O Lima, n.
- 110 Bairro: Alto Santa Cruz, CEP: 35488-000, no horário das 8h às 11h30 e 14h às 17h,

fone: (31) 3184-1450; email: saaeitaguaralicitacao@gmail.com.

Itaguara, 08 de dezembro de 2023.

Rafael Aparecido Peixoto
Pregoeiro